

ÍNDICE

Resumo	I
Abstract.....	II
Agradecimentos.....	III
Lista de Tabelas e Figuras	IV
Lista de Siglas	V
1. Introdução	1
2. Enquadramento Contabilístico-Fiscal	2
2.1. Delimitação do Estudo	2
2.2. A Adoção Contabilística do Modelo de Justo Valor	2
2.3. As Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 32, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9	5
2.4. Concorrência das Operações para Efeitos Fiscais	8
2.4.1 Modelo do Justo Valor	8
2.4.2 Regime das Mais-Valias e Menos-Valias	10
3. Revisão de Literatura	14
3.1. Impacto dos Instrumentos Financeiros ao Justo Valor nas Contas dos Bancos.....	14
3.2. A Tributação pelo Justo Valor em Portugal	17
4. Estudo Empírico	20
4.1. Objetivo, Metodologia e Seleção da Amostra	20
4.2. Análise da Informação Quantitativa.....	21
4.3. Análise da Informação Qualitativa	25
4.4. Ajustamentos ao Lucro Tributável	27
4.5. Conclusões do Estudo Empírico.....	29
5. A Reforma do IRC e Recomendações.....	31
6. Impacto da Reforma do IRC nos Resultados Fiscais	33
7. Conclusões	34
Bibliografia	36
Anexos	39

RESUMO

O presente estudo analisa os impactos produzidos nas demonstrações financeiras dos bancos portugueses decorrentes da classificação dos instrumentos financeiros na carteira de “ativos financeiros ao justo valor através de resultados” (AFJVAR) e na carteira de “ativos financeiros disponíveis para venda” (AFDV), entre 2009 e 2012, e identifica os ajustamentos a efetuar ao lucro tributável.

Conclui-se que em períodos de instabilidade económica a classificação na carteira de AFJVAR conduz a uma forte volatilidade dos resultados.

Do ponto de vista fiscal, os ajustamentos ao lucro tributável são mais favoráveis na carteira de AFDV se as mais-valias em partes de capital superarem as menos-valias e as perdas por imparidade nesse tipo de instrumentos.

Com a reforma do IRC, perspetiva-se que a venda dos instrumentos de capital que gerem mais-valias possa vir a ser adiada até os títulos perfazerem doze meses, evitando a tributação, e antecipada no caso da ocorrência de desvalorizações.

Palavras-chave: instrumentos financeiros; instrumentos de capital; justo valor; ativos financeiros ao justo valor através de resultados; ativos financeiros disponíveis para venda; ajustamentos ao lucro tributável; reforma do IRC.

ABSTRACT

This study analyzes the impact on the financial statements of the Portuguese banks arising from the classification of financial instruments as “fair value through profit or loss” (FVTPL) and as “available-for-sale” (AFS), between 2009 and 2012, and identifies the adjustments in taxable income.

We conclude that in periods of economic instability, the classification into FVTPL portfolio leads to a strong earnings volatility.

From a tax perspective, the adjustments to taxable income are more favorable in the AFS portfolio if the capital gains on equity investments exceed capital losses and impairment losses in such instruments.

With the IRC reform, we perspective that sale of the equity instruments that generate capital gains may come to be delayed until the titles reaching twelve months, avoiding taxation, and early in the event of devaluation.

Keywords: financial instruments; equity instruments; fair value; fair value through profit or loss; available-for-sale; adjustments to taxable income; IRC reform.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores Prof. Dr. Mário Freire e Prof. Dr. João Pedro Santos e aos colegas com quem, no âmbito profissional, discuto frequentemente a problemática da tributação dos instrumentos financeiros, por todo o apoio na realização deste trabalho.

Também à família e aos amigos expresso os meus agradecimentos pelo incentivo ao longo da sua realização.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela I – Delimitação do Estudo

Tabela II – Características dos AFJVAR e dos AFDV

Figura 1 – Condições de Aplicação do Regime das Mais-Valias e Menos-Valias *vs* Modelo do Justo Valor

Figura 2 – Posição Relativa de Cada Banco na Carteira de AFJVAR e AFDV

Figura 3 – Carteira de AFJVAR+AFDV *versus* Ativo Total e Resultado Líquido

Figura 4 – Resultados em AFJVAR+AFDV *versus* Ativo Total e Resultado Líquido

Figura 5 – Evolução da Carteira por Tipo de Instrumento Financeiro

Figura 6 – Evolução da Carteira por Categoria de Instrumento Financeiro

Figura 7 – Evolução dos Resultados por Categoria de Instrumento Financeiro

Figura 8 – Evolução dos Resultados por Tipo de Instrumento Financeiro

Figura 9 – Evolução da Carteira de AFJVAR por Banco

Figura 10 – Evolução da Carteira de AFDV por Banco

Figura 11 – Evolução dos Resultados em AFJVAR por Banco

Figura 12 – Evolução dos Resultados em AFDV por Banco

Figura 13 – Resultados em AFJVAR *versus* Resultados em AFDV em % carteira média do ano

Figura 14 – Δ JV em AFJVAR *versus* Δ JV em AFDV (incluindo Imparidades) em % carteira média do ano

Figura 15 – Resultado Contabilístico, Resultado Fiscal Teórico e Ajustamento ao Lucro Tributável na Carteira de AFJVAR

Figura 16 – Resultado Contabilístico, Resultado Fiscal Teórico e Ajustamento ao Lucro Tributável na Carteira de AFDV

Figura 17 – Resultado Contabilístico, Resultado Fiscal e Ajustamento ao Lucro Tributável na Carteira de AFJVAR com Introdução da Reforma do IRC

Figura 18 – Resultado Contabilístico, Resultado Fiscal e Ajustamento ao Lucro Tributável nas Carteira de AFDV com Introdução da Reforma do IRC

LISTA DE SIGLAS

AFDN	Ativos financeiros detidos para negociação
AFDM	Ativos Financeiros Detidos até à Maturidade
AFDV	Ativos financeiros disponíveis para venda
AFJVAR	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados
AFS	Available-for-sale Financial Assets
APB	Associação Portuguesa de Bancos
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BCP	Banco Comercial Português; Millennium BCP
BES	Banco Espírito Santo
BST	Banco Santander Totta
CGD	Caixa Geral de Depósitos
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EM	Estados-Membros
FIFO	<i>First In First Out</i>
FVTPL	<i>Fair Value Through Profit or Loss</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IC	Instrumentos de capital
ICR	Investidores de Capital de Risco
ID	Instrumentos de dívida
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
NCA	Normas de Contabilidade Ajustadas
OCI	<i>Other Comprehensive Income</i>
POC	Plano Oficial de Contabilidade
RLP	Resultado Líquido do Período
SCR	Sociedades de Capital de Risco
SGPS	Sociedades Gestoras de Participações Sociais
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UP	Unidades de Participação
Δ JV	Variações de Justo Valor

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade pelo justo valor tem sido alvo de aceso debate a nível nacional e internacional, sobretudo após a crise financeira de 2008 em que se assistiu a situações de insolvência de diversas instituições financeiras, nomeadamente nos EUA e cujos efeitos se repercutiram por toda a Europa. Alguns autores consideram que a adoção do justo valor contribuiu para o deflagrar da crise devido à volatilidade que provoca nas demonstrações financeiras. No entanto, outros estudos revelam que esta forma de mensuração não teve um impacto decisivo, mas apenas fez com que a débil situação económico-financeira de muitas instituições bancárias e seguradoras fosse conhecida mais cedo.

Este estudo propõe-se analisar, ao nível do panorama nacional do setor bancário, o impacto produzido nos resultados contabilísticos e fiscais da mensuração dos instrumentos financeiros pelo justo valor, identificando-se em que medida a preferência por determinados instrumentos financeiros – instrumentos de dívida, instrumentos de capital e unidades de participação em fundos de investimento – e a sua classificação como “disponíveis para venda” ou “ao justo valor através de resultados” influenciou os resultados obtidos num período marcadamente de crise económica, como foi o quadriénio de 2009 a 2012.

Do ponto de vista fiscal, demonstrar-se-á a complexidade associada à tributação dos instrumentos financeiros e o seu desfasamento face ao modelo contabilístico do justo valor e princípio da realização. Para além disso, apresentar-se-ão as alterações previstas no projeto de reforma do IRC no âmbito da tributação dos instrumentos financeiros. E, por fim, comparar-se-ão os resultados fiscais obtidos em cada uma das carteiras, com base nas atuais disposições do Código do IRC e nas contidas no projeto de reforma do IRC.

2. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO-FISCAL

2.1. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Atendendo ao largo espectro de temas relacionados com instrumentos financeiros importa antes de mais delimitar o âmbito da presente análise. Refira-se assim que apenas serão abordadas duas das quatro categorias de instrumentos financeiros definidas na norma internacional de contabilidade (IAS 39) e destas apenas se elegem para análise três tipos de instrumentos financeiros, os quais são contabilizados como ativos do ponto de vista do detentor, excluindo, portanto, derivados e contabilidade de cobertura (TABELA I).

TABELA I – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Por categoria de instrumentos financeiros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (AFJVAR) <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Ativos financeiros detidos para negociação (AFDN) 1.2. Outros AFJVAR 2. Ativos financeiros disponíveis para venda (AFDV)
Por tipo de instrumentos financeiros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instrumentos de dívida (ID) 2. Instrumentos de capital (IC) 3. Unidades de participação (UP)

2.2. A ADOÇÃO CONTABILÍSTICA DO MODELO DE JUSTO VALOR

A alusão à contabilidade pelo justo valor para instrumentos financeiros surgiu pela primeira vez na União Europeia com a Diretiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, publicada a 27 de setembro de 2001, que alterou as Diretivas 78/660/CEE, 83/349/CEE e 86/635/CEE, relativamente às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras. Esta Diretiva previa que, tal como havia apelado a Comissão Europeia na sua comunicação “*Harmonização contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional*” (CE, 1999) e à semelhança do que vinha sendo defendido pelos principais organismos de normalização contabilística a nível mundial, fosse introduzido um sistema de contabilidade pelo justo valor para certos instrumentos

financeiros que permitisse garantir a comparabilidade das informações financeiras em todo o território da Comunidade e a adoção das práticas internacionais relativamente à sua contabilização e mensuração. Para tal, os Estados-Membros (EM) deveriam autorizar ou exigir que todas as sociedades avaliassem os instrumentos financeiros que detinham pelo justo valor, podendo tal prática restringir-se às contas consolidadas.

A Diretiva 2001/65/CE estipula que o justo valor é determinado por referência a um valor de mercado relativamente aos instrumentos financeiros para os quais possa ser facilmente identificado um mercado ativo ou, se tal não acontecer, deve ser determinado por referência aos seus componentes ou a um instrumento semelhante. Por fim, o justo valor pode resultar da aplicação de modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, desde que tais modelos ou técnicas assegurem uma aproximação razoável ao valor de mercado.

Os instrumentos financeiros que não possam ser mensurados de forma fiável continuam a ser avaliados ao custo, com eventuais correções de valor a serem reveladas em contas de resultados, caso na data de encerramento do balanço haja evidência de imparidade.

Esta Diretiva prevê ainda que qualquer variação de justo valor nos instrumentos financeiros deve ser inscrita numa conta de ganhos ou perdas, com exceção de alguns instrumentos de cobertura. Porém, os EM podem autorizar ou exigir que as variações de justo valor de um ativo financeiro disponível para venda (não derivado) sejam inscritas numa conta de capitais próprios, na reserva de justo valor, até ao seu desreconhecimento ou até à existência de imparidade, ocasião em que a quantia inerente é reclassificada para resultados do período.

Em 19 de julho de 2002, foi publicado o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, que tinha como objetivo contribuir para o bom funcionamento dos mercados de capitais, promovendo a convergência entre as normas utilizadas nos diversos EM e as *Internacional Accounting Standards (IAS) / International Financial Reporting Standards (IFRS)*, elaboradas pelo *Internacional Accounting Standards Board (IASB)*. Este Regulamento impunha como requisito que, a partir de 2005, todas as sociedades cotadas elaborassem as suas contas consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS, concedendo aos EM a faculdade de permitirem ou exigirem que estas normas fossem igualmente

aplicadas na elaboração das contas anuais das sociedades cotadas e não cotadas. Em paralelo, a Diretiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, veio alterar, em conformidade, as regras relativas às contas individuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e, ainda, das empresas de seguros¹.

O Estado Português, através do Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20/04, autorizou pela primeira vez, a partir 1 de janeiro de 2004, a utilização do justo valor para os instrumentos financeiros, na elaboração das contas consolidadas das sociedades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e das sociedades que adotavam o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Posteriormente, tendo por base o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 e a Diretiva n.º 2003/51/CE, o Estado Português optou por permitir, através do Decreto-Lei n.º 35/2005 de 17/02, que as IAS/IFRS fossem aplicadas às contas consolidadas de grupos não cotados e às contas individuais das entidades incluídas na consolidação de grupos de sociedades (cotadas ou não cotadas), a partir de 1 de janeiro de 2005.

Face à competência do Banco de Portugal na definição do âmbito subjetivo de aplicação das IAS/IFRS e na definição das normas contabilísticas aplicáveis às entidades sujeitas à sua supervisão, foi determinado pelo Aviso n.º 1/2005, de 28/02, que, a partir de 1 de janeiro de 2005, as demonstrações financeiras, em base individual e em base consolidada, passassem a ser preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), que correspondem genericamente às IAS/IFRS, com exceção dos aspetos relacionados com a limitação à utilização do método de revalorização em ativos fixos tangíveis, o provisionamento do crédito concedido, com exigência de limites mínimos, e a utilização do método *ratio temporis* no reconhecimento dos juros (simplificando assim o método do custo amortizado para atenuar a necessidade de mudança de sistemas informáticos).

¹ Diretivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do Conselho

2.3. AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IAS 32, IAS 39, IFRS 7 E IFRS 9

As normas internacionais de contabilidade aplicáveis aos instrumentos financeiros são: IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação; IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações; e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, esta ainda em fase de alterações e que irá substituir a IAS 39 e a IFRS 7 a partir de 1 de janeiro de 2015.

A IAS 32 define “instrumento financeiro” como o contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade e “justo valor” como a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

Por sua vez, a IAS 39 distingue quatro categorias de instrumentos financeiros: ativos financeiros ou passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos; investimentos detidos até à maturidade; empréstimos concedidos e contas a receber; e ativos financeiros disponíveis para venda.

Destas quatro categorias, apenas as duas primeiras serão objeto de estudo, exclui-se desta abordagem os passivos financeiros, os derivados e a contabilidade de cobertura.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados (doravante designados de AFJVAR) podem ser classificados como “detidos para negociação” (AFDN) ou designados “pelo justo valor através dos resultados” (outros AFJVAR). Os primeiros compreendem os ativos financeiros derivados e não derivados que sejam adquiridos principalmente com a finalidade de venda num prazo muito próximo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros, identificados e geridos em conjunto, para os quais exista evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo. Os outros AFJVAR são designados como tal se, no momento do reconhecimento inicial, forem geridos e o seu desempenho avaliado na base do justo valor.

Contudo, os instrumentos financeiros que respeitem a instrumentos de capital próprio, que não tenham um preço cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser medido com fiabilidade são mantidos ao custo.

Os ativos financeiros detidos para venda (AFDV) são ativos financeiros não derivados que sejam designados como “disponíveis para venda” ou que não sejam classificados em nenhuma das restantes categorias.

A IAS 39 determina que uma entidade deve reconhecer um ativo no balanço quando se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e deve desreconhecê-lo quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expirem ou o ativo seja transferido.

Observam-se na TABELA II as características dos instrumentos financeiros, classificados nas categorias de AFJVAR e AFDV, relativamente ao reconhecimento inicial, mensuração subsequente e, no caso dos AFDV, o tratamento no momento da evidência objetiva de imparidade e no momento da alienação.

TABELA II – CARACTERÍSTICAS DOS AFJVAR E DOS AFDV

Características dos AFJVAR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecimento inicial: ao justo valor; ✓ Mensuração subsequente: ao justo valor, com variações em resultados.
Características dos AFDV	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecimento inicial: ao justo valor, adicionado dos custos de transação; ✓ Mensuração subsequente: ao justo valor, com variações registadas por contrapartida de reservas; ✓ Tratamento no momento da evidência objetiva de imparidade: a perda acumulada, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados, é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados; ✓ Tratamento no momento da alienação: a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição recebida, acrescida de qualquer ganho ou perda cumulativo reconhecido anteriormente em reservas, é registada por contrapartida de resultados.

FONTE: Elaboração própria com base na IAS 39

A evidência objetiva de imparidade deve ser observada à data de cada balanço para os AFDV. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com imparidade se, em

resultado de um acontecimento, for detetado um impacto adverso nos fluxos de caixa estimados (no caso de instrumentos de dívida) ou uma queda acentuada ou prolongada do justo valor (no caso dos instrumentos de capital), abaixo do custo de aquisição.

De acordo com a IAS 39, as perdas por imparidade para instrumentos de capital próprio não devem ser revertidas por contrapartida de resultados.

As reclassificações de, e para, a categoria de AFJVAR estavam vedadas pela IAS 39 até à alteração desta norma em outubro de 2008. Esta alteração veio permitir que, em circunstâncias excecionais, desde que os instrumentos financeiros já não sejam detidos com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo, estes possam ser transferidos da carteira de AFJVAR para outras carteiras.

Os ativos financeiros reclassificados das categorias de AFJVAR ou de AFDV para outras categorias são reconhecidos pelo justo valor à data da reclassificação, não gerando qualquer impacto em resultados. Os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em resultados na carteira de AFJVAR não são revertidos e os ganhos ou perdas reconhecidos em reservas na carteira de AFDV são mantidos até que o ativo seja alienado, com exceção para a reclassificação em Ativos Financeiros Detidos até à Maturidade (AFDM), em que os ganhos ou perdas reconhecidos em capital próprio são amortizados nos lucros ou prejuízos durante a vida remanescente dos ativos financeiros, usando o método do juro efetivo.

A IFRS 7 exige a divulgação de todas as informações que permitam aos utentes das demonstrações financeiras avaliar o significado dos instrumentos financeiros para a posição e desempenho da entidade, bem como, a natureza e extensão dos riscos associados aos quais esta está exposta durante o período e na data de relato, assim como a forma como gere esses riscos.

A adoção da IFRS 9 irá introduzir algumas alterações nos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, estabelecendo que todos os instrumentos de capital próprio devem ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados - afastando a possibilidade de serem contabilizados ao custo de aquisição menos perdas por imparidades

- encontrando-se disponível uma opção para a designação irrevogável dos instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas, mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de reservas.

2.4. CONCORRÊNCIA DAS OPERAÇÕES PARA EFEITOS FISCAIS

2.4.1 MODELO DO JUSTO VALOR

A aceitação, ainda que parcial, do modelo do justo valor para efeitos de apuramento do lucro tributável, verificou-se, pela primeira vez, para as empresas do setor bancário, no exercício de 2007, com a entrada em vigor do regime transitório aplicável às entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, obrigadas a elaborar as suas contas individuais em conformidade com as NCA. Este regime, introduzido pelo n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12, determinava que, enquanto não fossem introduzidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (doravante designado como Código do IRC ou CIRC) as necessárias adaptações às IAS/IFRS, estas entidades deveriam observar, para além das regras estabelecidas neste código e demais legislação complementar, as disposições definidas no mencionado regime, nomeadamente no que se refere aos ajustamentos decorrentes das variações de justo valor em AFJVAR.

A adaptação do Código do IRC ocorreu em 2010, com a sua republicação pelo Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13/07, coincidindo com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Só então foi possível, às sociedades não sujeitas à supervisão do BdP, abandonarem, para efeitos de apuramento do lucro tributável, a contabilidade organizada pelo anterior normativo.

A nova redação do Código do IRC, no que respeita a instrumentos financeiros, pode ser apreciada, em comparação com a anterior redação e com o regime transitório no ANEXO I.

Na adoção do modelo do justo valor para efeitos fiscais, para instrumentos financeiros não derivados, o legislador definiu na alínea a) do n.º 9 do art.º 18.º do CIRC que, concorrem para efeitos de apuramento do lucro tributável, os ajustamentos decorrentes da aplicação de justo valor quando “respeitem a instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor através de resultados, desde que, tratando-se de instrumentos do capital próprio, tenham um preço formado num mercado regulamentado e o sujeito passivo não detenha, direta ou indiretamente, uma participação no capital superior a 5% do respetivo capital social”.

Note-se que, embora diferente na sua redação, o regime transitório já previa um enquadramento semelhante. Efetivamente, conforme estipulava a alínea a) do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12, “as variações de justo valor dos instrumentos financeiros classificados como «ativos ou passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados» concorrem para a formação do lucro tributável, salvo quando respeitem a partes de capital que correspondam a mais de 5% do capital social ou a instrumentos de capital próprio que não estejam admitidos à negociação em mercado regulamentado”.

Ou seja, em ambos os diplomas é definido que as variações de justo valor concorrem para efeitos de apuramento do lucro tributável, desde que se encontrem preenchidos os seguintes requisitos:

- ✓ Os instrumentos financeiros sejam reconhecidos pelo justo valor através de resultados;
- ✓ Não sejam instrumentos de capital próprio;
- ✓ Ou, sendo instrumentos de capital próprio, tenham um preço formado num mercado regulamentado e correspondam a uma participação de, no máximo, 5% do capital social (a atual redação do CIRC, inclui a participação direta e indireta).

Os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor em instrumentos financeiros consideram-se rendimentos pela alínea f) do art.º 20.º do CIRC, ou gastos pela alínea i) do art.º 23.º do mesmo código, desde que, neste último caso, sejam comprovadamente indispensáveis para a realização dos rendimentos sujeitos a imposto ou para a manutenção da fonte produtora.

Para além disso, há que ter em consideração as limitações impostas pelos n.ºs 3 e 4 do art.º 45.º do CIRC que condicionam a dedução integral das perdas decorrentes da aplicação do justo valor em partes de capital. Efetivamente, estipula o n.º 3 que as perdas relativas a partes de capital concorrem para a formação do lucro tributável em apenas metade do seu valor. E, determina o n.º 4 que, não concorrem para a formação do lucro tributável as perdas relativas a partes de capital na parte do valor que corresponda aos lucros distribuídos que tenham beneficiado da dedução prevista no art.º 51.º nos últimos quatro anos².

A alínea b) do n.º 9 do art.º 18.º do CIRC ao mencionar a possibilidade de outras disposições no Código do IRC determinarem a concorrência para efeitos fiscais de ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor, remete nomeadamente para o n.º 1 do art.º 49.º do CIRC, relativo aos instrumentos financeiros derivados.

2.4.2 REGIME DAS MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS

Relativamente aos instrumentos financeiros não abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 9 do art.º 18.º do CIRC, o legislador optou por fazer aplicar o regime das mais-valias e menos-valias constantes dos artigos 46.º e seguintes do Código do IRC.

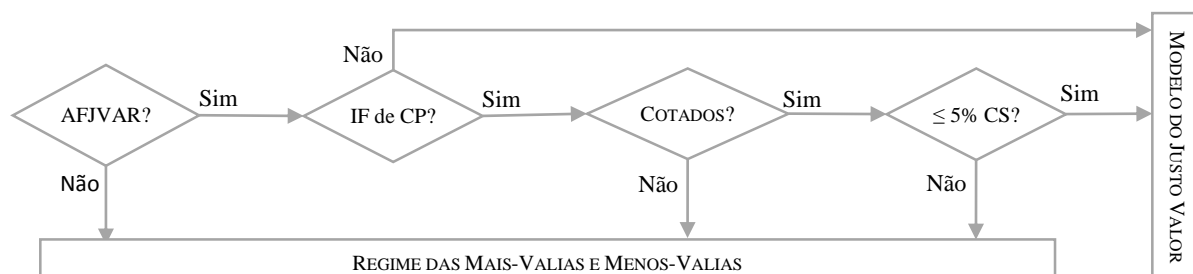
Com efeito, o n.º 1 do art.º 46.º estabelece que os ganhos obtidos ou as perdas sofridas mediante transmissão onerosa de instrumentos financeiros, com exceção dos reconhecidos pelo justo valor nos termos das alíneas a) e b) do n.º 9 do art.º 18.º do CIRC, consideram-se mais-valias ou menos-valias realizadas, sendo reconhecidas como rendimentos, pela alínea h) do art.º 20.º do CIRC, ou como gastos pela alínea l) do art.º 23.º do mesmo código.

O n.º 9 do art.º 18.º do CIRC determina que, em regra, as variações de justo valor não concorrem para a formação do lucro tributável, sendo imputadas como rendimentos ou gastos no período de tributação em que os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

² Esta limitação foi introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12)

Por conseguinte, sendo o regime das mais-valias e menos-valias realizadas o regime-regra no tratamento fiscal dos instrumentos financeiros, este é aplicável sempre que as condições de exceção elencadas no n.º 9 do art.º 18.º do CIRC não se confirmem (FIGURA 1).

FIGURA 1 – CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO REGIME DAS MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS VS MODELO DO JUSTO VALOR



FONTE: Interpretação do n.º 9 do art.º 18.º do CIRC

Para além disso, determina a alínea b) do n.º 5 do art.º 46.º do CIRC que as mudanças no modelo de valorização relevantes para efeitos fiscais nos termos do n.º 9 do art.º 18.º, que decorram, designadamente, de reclassificação contabilística ou de alterações nos pressupostos referidos na alínea a) daquele n.º 9, são assimiladas a transmissões onerosas. Incluem-se aqui os instrumentos de capital classificados na carteira de AFJVAR, a que fosse aplicável o regime das mais-valias e menos-valias, mas que passem a estar cotados e a representar menos de 5% do capital social. Neste caso, as partes de capital consideram-se transmitidas, apurando-se as correspondentes mais-valias ou menos-valias.

Ao contrário, se os instrumentos financeiros estavam classificados no modelo do justo valor e passam a integrar o regime das mais-valias e menos-valias, o valor de “aquisição” relevante para efeitos da aplicação deste regime é o justo valor no momento da transmissão.

O n.º 2 do art.º 46.º do CIRC determina que as mais-valias e as menos-valias são dadas pela diferença entre o valor de realização, líquido dos encargos que lhe sejam inerentes, e o valor de aquisição, deduzido das perdas por imparidade e outras correções de valor previstas no art.º 35.º. No caso da transmissão onerosa de partes de capital, são aplicáveis os coeficientes de desvalorização da moeda (publicados por portaria do Ministro das Finanças) sobre o valor de aquisição corrigido das imparidades, sempre que à data da realização tenham decorrido

pelo menos dois anos desde a sua aquisição, conforme n.ºs 1 e 2 do art.º 47.º do CIRC, sendo o valor desta atualização deduzido para efeitos da determinação do lucro tributável.

Por sua vez, decorre do n.º 2 do art.º 35.º do CIRC que, as perdas por imparidade e outras correções de valor contabilizadas no mesmo período de tributação ou em períodos de tributação anteriores, podem ser deduzidas para efeitos fiscais quando constituídas obrigatoriamente, por força de normas emanadas pelo Banco de Portugal de carácter genérico e abstrato, para, nomeadamente, menos-valias de títulos e de outras aplicações. Estabelecendo-se ainda no n.º 3 que as perdas por imparidade e outras correções de valor que não devam subsistir por deixarem de se verificar as condições objetivas que as determinaram, consideram-se componentes positivas do lucro tributável do respetivo período de tributação. Acrescenta o n.º 4 do art.º 37.º do CIRC que os montantes anuais acumulados dessas perdas não devem ultrapassar os valores mínimos que resultem da aplicação das normas emanadas da entidade de supervisão.

Repare-se que as perdas por imparidade para menos-valias de títulos e de outras aplicações são dedutíveis apenas para as empresas do setor bancário, o que constitui um fator diferenciador face às demais e uma aproximação às IAS/IFRS e às NCA.

Apuradas as mais-valias ou menos-valias realizadas, há ainda que verificar as limitações impostas pelos artigos 23.º e 45.º do CIRC. Assim, pese embora as menos-valias realizadas se considerem, em regra, gastos do período de tributação pela alínea l) do n.º 1 do art.º 23.º do CIRC, aquelas não são aceites fiscalmente caso se encontrem preenchidos algum dos requisitos dos n.ºs 3 a 5 do mesmo artigo. Assim, não são aceites como gastos do período de tributação, as menos-valias que decorram da transmissão onerosa de partes de capital, adquiridas ou alienadas a entidades com as quais existam relações especiais ou a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, desde que, no primeiro caso, sejam detidas pelo alienante por um período inferior a três anos. Para além disso, as menos-valias também não são aceites fiscalmente, quando a entidade alienante tenha resultado de transformação, há menos de três anos, de sociedade à qual fosse aplicável um regime diverso relativamente a estes gastos (como é o caso das SGPS, SCR e ICR).

Como vimos, o n.º 4 do art.º 45.º do CIRC determina que não concorrem para a formação do lucro tributável as menos-valias e outras perdas relativas a partes de capital na parte do valor que corresponda aos lucros distribuídos que tenham beneficiado da dedução prevista no art.º 51.º nos últimos quatro anos. Esta limitação é de aplicar não só às menos-valias, como também às perdas por imparidade e às variações negativas de justo valor em partes de capital.

Já o n.º 3 do art.º 45.º impõe que, a diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital, concorra para a formação do lucro tributável em apenas metade do seu valor. A limitação prevista no n.º 3 é igualmente aplicável às perdas por imparidade relativas a partes de capital, conforme Informação n.º 1706/12, de 2012-08-09, da Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Em sentido inverso, dispõe o n.º 4 do art.º 48.º do CIRC que, a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital é considerada em metade do seu valor caso se encontrem preenchidos os requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 4, nomeadamente no que respeita ao reinvestimento do valor de realização, à detenção da participação por período não inferior a um ano e de pelo menos 10% do capital social e à não transmissão das participações a entidade sujeita a um regime fiscal privilegiado ou com a qual existiam relações especiais.

Para além das disposições contidas no Código do IRC, importa referir o regime específico das mais-valias e menos-valias realizadas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS), Sociedades de Capital de Risco (SCR) e Investidores de Capital de Risco (ICR), previsto nos artigos 32.º e 32.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), o qual determina que, quer as mais-valias quer as menos-valias realizadas em partes de capital, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do lucro tributável quando as partes de capital sejam detidas por período não inferior a um ano. Este limite eleva-se para três anos se as partes de capital tiverem sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais, a entidades com domicílio,

sede ou direção efetiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável ou a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, bem como, se a entidade alienante tiver resultado de transformação, há menos de três anos, de sociedade à qual não fosse aplicável este regime. Note-se que, por não terem sido adaptados estes artigos ao critério do justo valor, as variações registadas por contrapartida de resultados não gozam da exclusão de tributação, tal como aliás resulta do Despacho do Diretor da AT, em 2011-02-24, na Informação Vinculativa referente ao processo n.º 39/2011, sendo aquela exclusão aplicável apenas às mais-valias e menos-valias realizadas.

Dada a complexidade do sistema fiscal português no que respeita à tributação dos instrumentos financeiros e como forma de sintetizar as disposições fiscais relevantes nesta matéria, apresenta-se no ANEXO II, o esquema das operações no qual é demonstrado em que circunstâncias o modelo do justo valor e o regime das mais-valias e menos-valias concorrem para efeitos do apuramento do lucro tributável.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. *IMPACTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR NAS CONTAS DOS BANCOS*

Num estudo levado a cabo pelo *US Securities and Exchange Commission* (SEC, 2008), promovido pelo IASB com o objetivo de verificar os efeitos produzidos nas demonstrações financeiras das instituições financeiras norte-americanas com a adoção do justo valor, foi selecionada uma amostra de 50 instituições (das quais 27 são bancos), verificando-se que 45% dos ativos incluídos no balanço no 1.º trimestre de 2008, são mensurados ao justo valor (essa percentagem desce para 31% no caso dos bancos), mas apenas 25% corresponde a ativos mensurados ao justo valor com variações reconhecidas em resultados (22% no caso dos bancos); nos restantes 20% as variações de justo valor não afetam resultados (9% nos bancos), sendo reconhecidas em “*other comprehensive income*” (OCI) ou em capital. Os ativos mensurados ao justo valor decompõe-se em: 44% de investimentos em instrumentos de dívida e de capital próprio (85% dos quais classificados como AFDV com variações em

reservas e 15% como AFJVAR); 32% de ativos de negociação e 9% de derivados (ambos com variações de justo valor em resultados); 9% de ativos em contas separadas; e 6% de outros ativos.

O SEC (2008) conclui que a crise financeira do setor bancário, que levou à falência diversos bancos nos EUA em 2008, não resultou da adoção da contabilidade pelo justo valor, mas antes do crescimento das imparidades em créditos, da falta de qualidade dos ativos, da ilusão criada nos credores e da perda de confiança dos investidores. Para além disso, ficou demonstrado que a maioria dos investidores apoia a contabilidade pelo justo valor uma vez que aumenta a transparência das demonstrações financeiras.

Nesta perspetiva, DUQUE (2008) defende que o facto de uma empresa usar as normas internacionais de contabilidade não a expõe, nem deixa de a expor, ao risco de atividade ou de crédito. Com efeito, todas as outras empresas que não faliram (que são a esmagadora maioria) também usaram as IAS/IFRS e muitas estão de muito boa saúde financeira. O que se passou com aquelas instituições americanas que faliram ou ameaçaram falir é que foi efetivamente a avaliação dos ativos e passivos ao dito justo valor que levou à revelação da situação a que chegaram, em resultado de um excessivo endividamento autorizado pelas autoridades de supervisão. Quando a descida dos mercados atacou no mesmo sentido que a visível desvalorização de outros créditos também contabilizados nos seus ativos, e em face à resiliência dos passivos, a degradação e a falência foi inevitável. O justo valor não foi o mal, antes pelo contrário, veio dar visibilidade e tornar transparente uma situação doentia que, se assim não fosse, se manteria ou se agravaria ainda mais.

Este autor mostra-se contra a possibilidade de ativos ao justo valor poderem ser reclassificados ao custo histórico, ainda que eventualmente sujeitos a imparidade, referindo o facto do IASB ter cedido às pressões dos *lobbies* bancários alterando as normas aplicáveis, com efeitos imediatos na contabilidade dos bancos. O autor alerta ainda para o facto da avaliação ao custo histórico permitir encobrir muitos prejuízos, satisfazendo quem gere empresas artificialmente lucrativas e recebe bónus anuais, os acionistas que recebem parte desses lucros artificiais e o Estado que recolhe impostos sobre os lucros. Na sua opinião, o

justo valor obriga à divulgação da verdade e aumenta a exigência técnica dos TOC, auditores e analistas, pois por muito que ele esteja errado, será seguramente mais justo e mais próximo do certo do que os valores históricos que se registam em balanço. O autor incentiva os reguladores bancários a construírem um conjunto de regras de exigência de capital que não esteja dependente do registo ao justo valor.

AL-KHADASH E ABDULLATIF (2009) estudaram o impacto da adoção do modelo do justo valor na mensuração dos instrumentos financeiros em bancos comerciais e de investimentos jordanos, no período de 2002-2006, tendo verificado que o desempenho financeiro e o lucro por ação nestas entidades, em comparação com a utilização do custo histórico, é bastante influenciado pela variação de valor dos instrumentos financeiros. Os autores concluem que em países em vias de desenvolvimento como a Jordânia, onde os mercados são ineficientes e atravessam períodos de bolhas, a utilização do justo valor como forma de valorização dos instrumentos financeiros provoca uma grande volatilidade das receitas e pode induzir em erro os utilizadores das demonstrações financeiras.

GUTHRIE et al. (2011), a partir da amostra das empresas que constituem do índice S&P 1500, identificaram 72 entidades que adotaram o modelo do justo valor em instrumentos financeiros, um terço das quais correspondem a bancos comerciais. Embora não tenham conseguido identificar um padrão que permita concluir a razão da opção pelo justo valor, em alguns casos, concentrados entre os primeiros adotantes, as entidades com quebras de rendimento experimentaram uma melhoria significativa do seu lucro no ano em que exerceram esse opção ou nos anos seguintes, o que levanta dúvidas sobre se a adoção da norma manteve a intenção e o espírito para que foi criada.

LAGHI et al. (2012) procuraram responder à questão: “A hierarquia do justo valor melhora a transparência na avaliação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras dos bancos ou, por outro lado, pode ser considerada uma ferramenta para a manipulação dos resultados?”. O estudo releva que o nível três do justo valor para a mensuração de instrumentos financeiros (baseado em modelos e técnicas de avaliação) pode ser utilizado como ferramenta anti cíclica, uma vez que os resultados obtidos contrastam com os

alcançados pelos restantes instrumentos financeiros no período de 2009-2011, em plena crise financeira. Os autores referem que o nível três do justo valor não está a ser amplamente usado no setor bancário (sobretudo nos Estados Unidos e em Itália) e que, dos mais de 2.500 bancos cotados, apenas 281 divulgam informações acerca deste nível, tal como exigido pela IFRS 7. E concluem que, embora os princípios subjacentes à hierarquia do justo valor permitam um melhor entendimento sobre a evolução do valor e composição da carteira de instrumentos financeiros na banca, sofrem de duas principais limitações: a subjetividade na estimativa do valor; e a volatilidade nos resultados de curto prazo, devido a mudanças nas variáveis macroeconómicas.

3.2. *A TRIBUTAÇÃO PELO JUSTO VALOR EM PORTUGAL*

FREIRE (2002), a propósito da introdução do justo valor em Portugal, referiu que a sua adoção seria importante como forma de reduzir a incompatibilidade entre as normas do IASB e as normas portuguesas, embora a extensão a todos os instrumentos financeiros carecesse de um debate e amadurecimento, a colher com a experiência da adoção da IAS 39. Na opinião do autor, o justo valor é o critério que melhor reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das sociedades e dos resultados das suas operações, embora deva também ser ponderado em função dos interesses dos investidores. Ao nível do relato financeiro, o autor realça a importância da separação das duas componentes: a apresentação de demonstrações financeiras que deverá privilegiar as necessidades dos investidores, acionistas, credores e restantes *stakeholders*; e os critérios inerentes à determinação da matéria coletável, baseados em decisões de política fiscal, dissociados dos critérios contabilísticos, permitindo aliás uma certa flexibilidade para as decisões de política orçamental.

O grupo de trabalho, criado por despacho de 23 de janeiro de 2006 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com o objetivo de identificar e analisar o impacto fiscal das NIC nas contas individuais das sociedades e evitar a manutenção de uma dupla contabilidade (Relatório do Grupo de Trabalho, 2006), equacionou a possibilidade de adoção, para efeitos

fiscais, do modelo do justo valor, designadamente quanto aos instrumentos financeiros admitidos à negociação em mercado regulamentado, concluindo, no entanto, que uma adoção demasiado generalizada deste modelo apresentaria diversos riscos e dificuldades, nomeadamente a possibilidade de surgimento de dificuldades de liquidez decorrentes da tributação dos ganhos latentes ou potenciais, o incremento da volatilidade do lucro tributável (e, logo, da receita fiscal) decorrente da flutuação das cotações do mercado e a impossibilidade de aplicação dos coeficientes de correção monetária e do regime do reinvestimento. Consequentemente, foi entendido que se deveria, pelo menos no imediato, afastar a aplicação do modelo do justo valor relativamente às partes de capital em sociedades que correspondam a participações significativas (superiores a 5%), bem a todos os instrumentos de capital próprio que não se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado, neste caso em resultado da dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor destes ativos. Para além disso, foi recomendada a adoção deste modelo para os restantes instrumentos financeiros, quando as variações de justo valor fossem reconhecidas em resultados.

SANTOS (2011) analisa as questões relativas à aceitação do modelo de justo valor para efeitos fiscais e às alterações ao regime das mais e menos-valias. Este o autor defende que a tendência do novo regime contabilístico para privilegiar a perspetiva do investidor acionista, baseando-se numa lógica predominantemente financeira, conduz a um afastamento entre a contabilidade e a fiscalidade, na forma como valoram o equilíbrio entre, por um lado, o princípio do acréscimo ou incremento patrimonial (que aponta para uma aceitação mais genérica da utilização do “justo valor”) e, por outro lado, o princípio da realização.

Segundo TAVARES (2010) a pressão para se promover a tributação do justo valor é fácil de explicar: se a contabilidade passou a incorporar o justo valor e se tal métrica, altamente crescente entre 2000 e 2007, produziu inúmeros rendimentos com efeitos práticos concretos – na valorização da cotação dos títulos, no reconhecimento do rendimento contabilístico, no nível das principescas remunerações variáveis dos administradores, na definição dos limites da atividade bancária (nível de concessão de crédito e proteção dos seus capitais) – porque

não haveria também de ter efeitos fiscais? O autor acrescenta que a tributação pelo justo valor pode funcionar como um indireto mecanismo de *corporate governance*, na medida em que refreia a tentação de valorização exagerada e irrealista de ativos, porque esse excesso teria um custo efetivo – o pagamento do imposto. Este autor conclui que, a opção da lei fiscal portuguesa, embora constitucionalmente imaculada, é altamente criticável, na medida em que contribuiu para a falta de unidade do sistema legal (lei comercial *versus* lei fiscal) e para a diminuição das receitas fiscais em época de crise económica. Para além disso, o autor critica a complexidade na interpretação do art.º 18.º, n.º 9, alínea a) do CIRC e reclama uma interpretação corretiva àquela norma.

Também CHACIM (2011) se propôs a discutir o tema do confronto entre o princípio da tributação pelo rendimento real e os riscos da adoção do “justo valor” no âmbito da tributação incidente sobre o rendimento das pessoas coletivas, concluindo que a aplicação do justo valor em detrimento do custo histórico facilita a que se espelhem nas demonstrações financeiras das empresas mais-valias potenciais por antecipação de lucros futuros, através dos quais se obtêm resultados ainda não realizados e se respondem às exigências de distribuição de dividendos aos acionistas, ao pagamento de salários e bónus aos administradores, ainda que tal possa implicar o pagamento “indevido” de impostos sobre lucros perfeitamente artificiais, com os consequentes problemas financeiros e até de tesouraria que possa advir para a empresa, numa clara fuga à real capacidade contributiva da empresa. Em causa estão assim problemas de empolamento de ativos cujo reverso se revelará naturalmente em alturas de crise financeira.

CORREIA (2011) demonstra que, tendo por base os cenários alternativos permitidos pelas normas fiscais e as diferentes possibilidades de enquadramento contabilístico, com impactos fiscais diversos, pode-se optar por aquele que possibilita uma solução mais atrativa, sendo possível afastar a aplicação do modelo do justo valor para partes de capital, bastando que as ações sejam reconhecidas pelo justo valor por capital próprio, uma vez que a utilização do regime fiscal do justo valor impede que as ações sejam elegíveis para reinvestimento e que beneficiem da aplicação do coeficiente de atualização monetária. Esta solução é ainda mais

atrativa no caso das SGPS dado se poder traduzir na inclusão das partes de capital no regime específico do art.º 32.º do EBF. Contudo, nem sempre este regime é benéfico pois, se por um lado prevê a não tributação das mais-valias, por outro prevê a não-aceitação fiscal das menos-valias e dos encargos financeiros suportados com a aquisição das partes de capital abrangidas pelo regime, pelo que para determinadas SGPS, dependendo das características da sua carteira de títulos, pode ser preferível a sua não utilização.

4. ESTUDO EMPÍRICO

4.1. OBJETIVO, METODOLOGIA E SELEÇÃO DA AMOSTRA

Pretende-se com este estudo analisar a evolução da carteira, dos resultados e das variações de justo valor em instrumentos financeiros, classificados como AFJVAR e AFDV, detidos pelas empresas do setor bancário, no período compreendido entre 2009 e 2012, identificando os fatores que mais contribuíram para essa evolução. A análise será decomposta por tipo de carteira, tipo de instrumento financeiro – instrumento de dívida (ID), instrumento de capital (IC) e unidades de participação (UP) – e pelos bancos que compõe a amostra.

Iremos ainda identificar a partir destes dados e com base nas disposições do Código do IRC, quais os ajustamentos fiscais a efetuar ao lucro tributável, apurando o resultado fiscal teórico em cada período económico.

Não se afigura possível construir um modelo de regressão linear para a estimação dos resultados de cada carteira, a partir de variáveis independentes, uma vez não estamos na presença de dados que não sigam uma distribuição normal e o número de elementos da amostra é bastante reduzido.

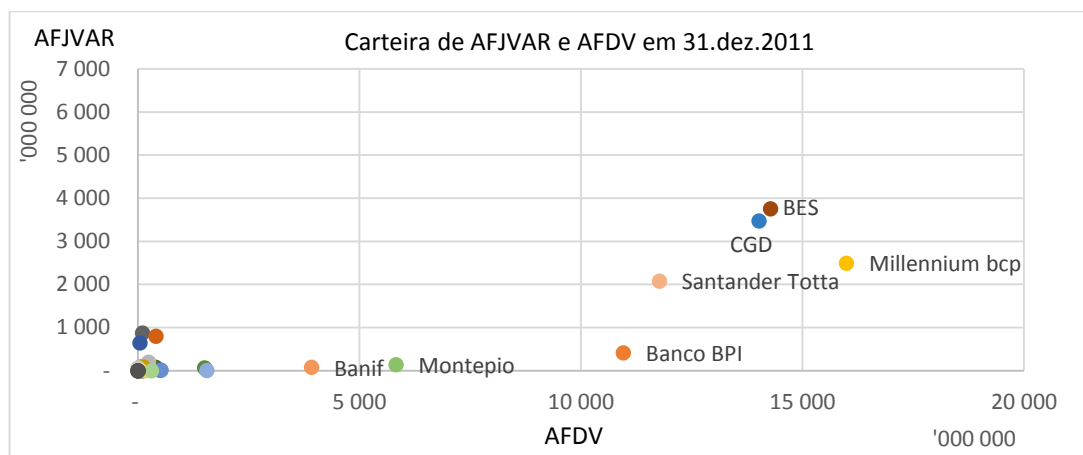
Assim, far-se-á uma análise por observação gráfica e apresentar-se-ão algumas informações relevantes constantes do Relatórios e Contas dos bancos que compõe a amostra.

Para a seleção da amostra recorreremos às estatísticas publicadas pela Associação Portuguesa de Bancos (APB), com informação relativa ao universo dos associados que reportam as suas demonstrações financeiras individuais ao Banco de Portugal. O último ano disponível é o de

2011, pelo que será com base neste que identificamos a posição relativa de cada banco em função do valor da carteira de AFJVAR e AFDV (FIGURA 2).

Refira-se que, do universo de 34 bancos em 2011, apenas 26 detinham instrumentos financeiros classificados na carteira de AFJVAR e 30 detinham carteira de AFDV.

FIGURA 2 – POSIÇÃO RELATIVA DE CADA BANCO NA CARTEIRA DE AFJVAR E AFDV



FONTE: APB

Observada a posição relativa de cada banco, verifica-se que cinco deles se destacam mais claramente: Millennium BCP (ou BCP), BES, CGD, Santander Totta (BST) e Banco BPI.

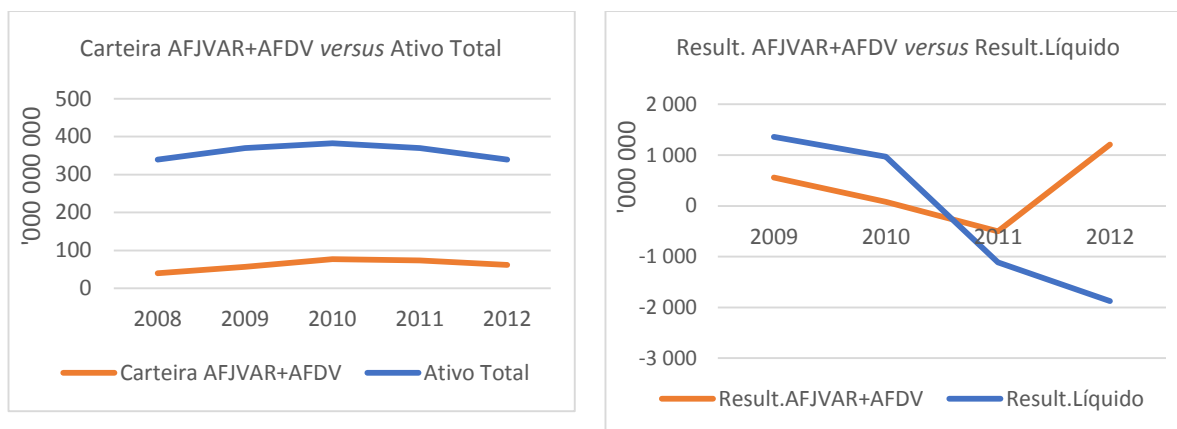
Estes cinco bancos representavam em 31 de dezembro de 2011, face ao volume total das carteiras de AFJVAR e AFDV, 79% e 80% respetivamente, constituindo por isso uma amostra bastante representativa do universo. Para além disso, pela importância que assumem no setor bancário, será ainda dado destaque à análise individualizada de cada um deles.

4.2. ANÁLISE DA INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

Antes de mais importa analisar o peso dos instrumentos financeiros classificados nas carteiras de AFJVAR e AFDV no Ativo Total. Em média, para o setor de atividade, estes instrumentos representavam 19,5% do Ativo Total em 2011, conforme revelam as estatísticas da APB para o universo de associados. Nos bancos selecionados, a proporção, que em 2008 era de apenas 11,8%, atingiu um pico em 2010 de 20,1%, voltando a decrescer nos anos seguintes. Em 2012 representava 18,1% dos ativos totais (FIGURA 3).

Quanto aos resultados apurados nestas carteiras, em comparação com o Resultado Líquido do Período para os bancos da amostra, verifica-se um decréscimo acentuado, em ambos, entre 2009 e 2011. Contudo, enquanto os resultados destas carteiras inverteram a tendência em 2012, os RLP revelaram-se ainda mais negativos (FIGURA 4).

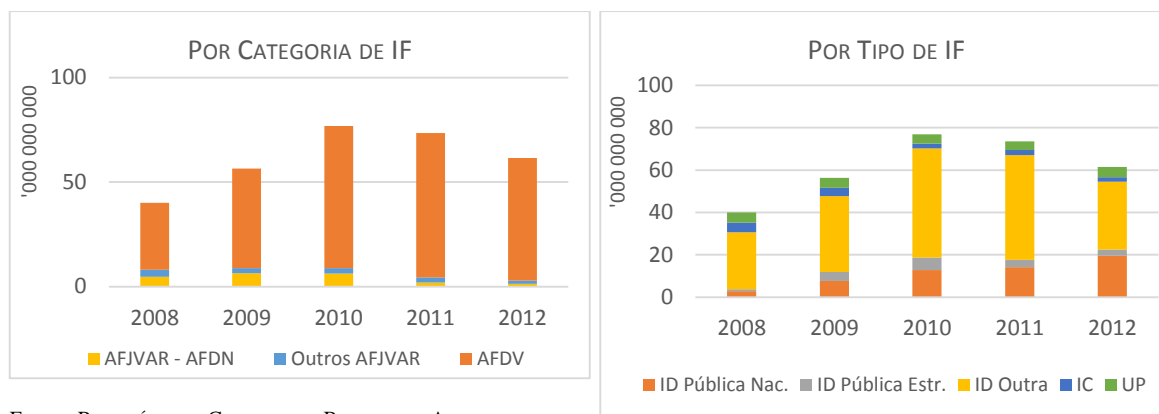
FIGURA 3 E 4 – CARTEIRA E RESULTADOS EM AFJVAR+AFDV *versus* ATIVO TOTAL E RESULTADO LÍQUIDO



FONTE: RELATÓRIOS E CONTAS DOS BANCOS DA AMOSTRA

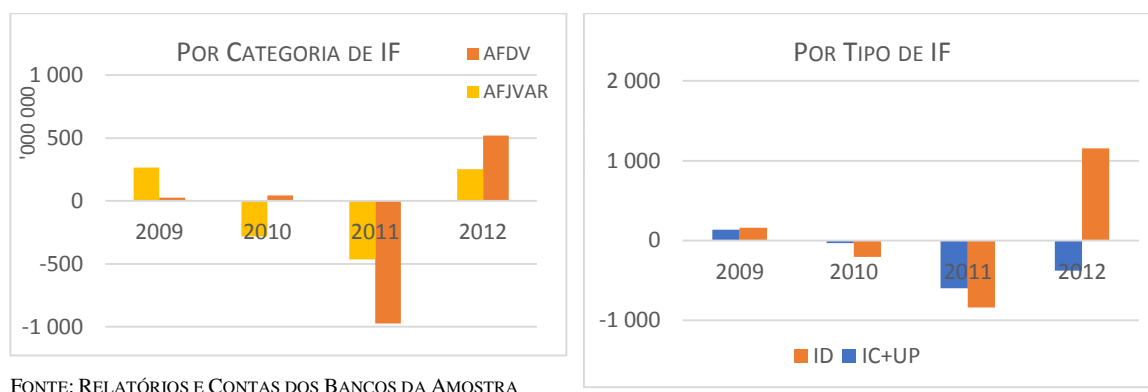
Conforme se observa nas FIGURAS 5 e 6, os instrumentos financeiros estão classificados maioritariamente na carteira de AFDV e com tendência proporcionalmente crescente (de 79,9% em 2008 até 95,4% em 2012). Por tipo de instrumento financeiro, destacam-se, com maior peso, os instrumentos de dívida não pública, em grande parte relativos a operações de securitização. Por outro lado, a dívida pública nacional também tem vindo a assumir uma posição destaque; repare-se no crescimento de 13 pontos percentuais entre 2011 e 2012 (representando neste ano 31,8%), em detrimento da dívida não pública que reduziu 15 p.p..

FIGURA 5 E 6 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA POR CATEGORIA E TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO



A nível dos resultados, o decréscimo em 2011 e o crescimento em 2012 ocorreram sobretudo na carteira de AFDV, tendo sido fortemente influenciados pelo mau e pelo bom desempenho, respetivamente, dos instrumentos de dívida e, mais especificamente, pela dívida pública nacional (FIGURAS 7 e 8).

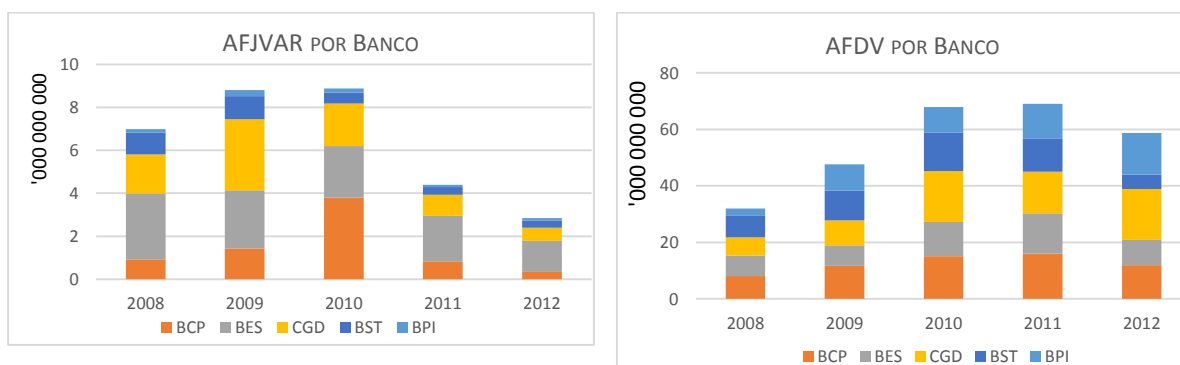
FIGURA 7 e 8 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS POR CATEGORIA E TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO



Analisada a evolução da carteira de AFJVAR pelos bancos que compõe a amostra (FIGURA 9), verifica-se que o BES se destacou em 2008, detendo maioritariamente obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores e, ainda, obrigações de dívida pública. Em 2009, a CGD reforçou a sua posição devido, nomeadamente, ao crescimento das obrigações de dívida pública e não pública. Em 2010 foi a carteira do BCP que aumentou em resultado da aquisição de dívida pública nacional de curto prazo, nomeadamente Bilhetes do Tesouro. Em 2011 e 2012 registou-se uma redução significativa da carteira de AFJVAR em todos os bancos.

Na carteira de AFDV (FIGURA 10) verifica-se um crescimento progressivo em todos os bancos até 2010 ou 2011, consoante os casos. Em 2012, apenas a CGD e o Banco BPI contrariaram a tendência para a redução da carteira, apostando principalmente em instrumentos de dívida pública nacional. Nos restantes bancos o decréscimo deveu-se sobretudo à redução dos instrumentos de dívida de outros emissores.

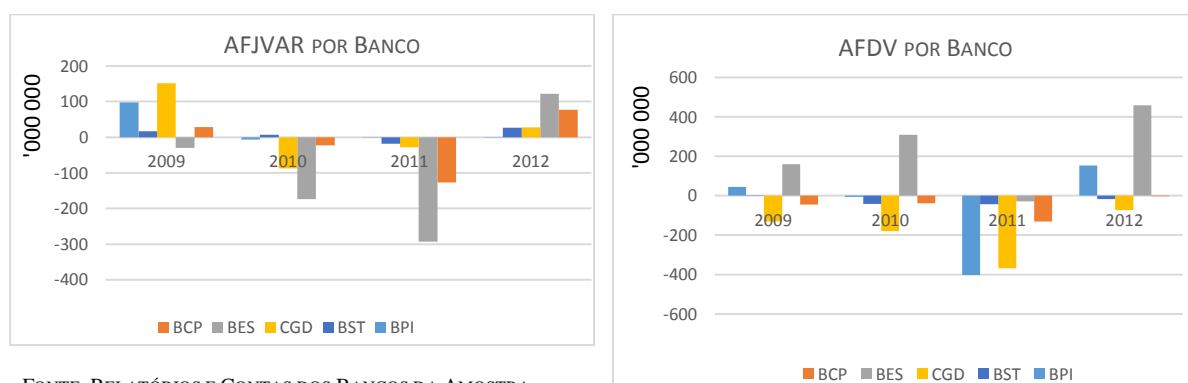
FIGURA 9 E 10 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE AFJVAR E AFDV POR BANCO



FONTE: RELATÓRIOS E CONTAS DOS BANCOS DA AMOSTRA

Quanto aos resultados, as FIGURAS 11 e 12 revelam quais os bancos que mais influenciaram o desempenho em cada uma das carteiras ao longo deste período. Assim, na carteira de AFJVAR verifica-se que em 2009, a CGD e o BPI foram os bancos que mais contribuíram para o resultado positivo, tendo o BES influenciado mais decisivamente os prejuízos em 2010 e 2011. Em 2012, o BES e o BCP foram os mais contribuíram para a recuperação dos resultados. Nos AFDV, os resultados positivos de 2009, 2010 e 2012 devem-se, na sua maioria, ao BES enquanto os resultados negativos de 2011 foram influenciados sobretudo pelo Banco BPI e CGD.

FIGURA 11 E 12 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS EM AFJVAR E AFDV POR BANCO

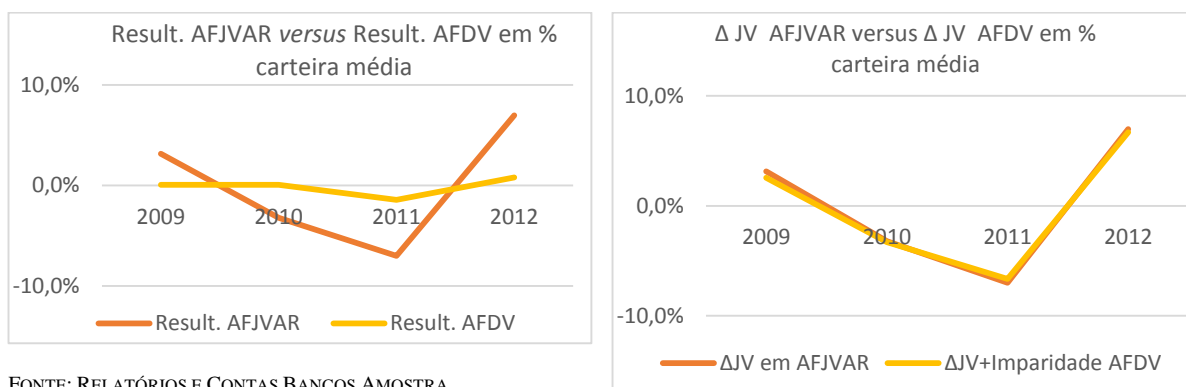


FONTE: RELATÓRIOS E CONTAS DOS BANCOS DA AMOSTRA

Conforme se observa na FIGURA 13, a tendência de evolução dos resultados gerados por estas carteiras é equivalente entre si em % da carteira média do ano: redução entre 2009 e 2011 e recuperação em 2012. No entanto, as flutuações são muito mais acentuadas na carteira de AFJVAR do que na carteira da AFDV, o que revela o caráter volátil da primeira.

Relativamente à variação de justo valor, que na carteira de AFJVAR é reconhecida diretamente em resultados e na carteira de AFDV é revelada em contas reservas e em perdas por imparidade, verifica-se têm um comportamento muito semelhante entre si (FIGURA 14).

FIGURA 13 E 14 – RESULTADOS EM AFJVAR *versus* RESULTADOS EM AFDV E Δ JV EM AFJVAR *versus* Δ JV EM AFDV (INCLUINDO IMPARIDADES) EM % CARTEIRA MÉDIA DO ANO



FONTE: RELATÓRIOS E CONTAS BANCOS AMOSTRA

Os gráficos apresentados (FIGURAS 3 a 14) tiveram por base a informação constante no ANEXO III.

4.3. ANÁLISE DA INFORMAÇÃO QUALITATIVA

Conforme observamos nos gráficos relativos à evolução dos resultados por banco, o melhor desempenho ao longo deste período coube ao BES. Neste banco os resultados positivos foram influenciados sobretudo pelas mais-valias na venda de ações entre 2009 e 2011, nomeadamente da participação detida num banco brasileiro, e pelas mais-valias na venda de obrigações públicas em 2012, ambas registadas na carteira de AFDV. Contudo, em 2011 registou prejuízos na alienação de outros títulos de rendimento variável, da carteira de AFJVAR, e elevadas imparidades em instrumentos de capital em AFDV.

O pior desempenho pertenceu à CGD que, logo em 2010, viu os prejuízos em instrumentos financeiros ultrapassarem os das suas congéneres devido ao registo de avultadas imparidades em unidades de participação (em 2010) e em instrumentos de capital (2010 e 2011), sobretudo em ações de empresas do PSI-20 classificadas na sua carteira de AFDV.

Relativamente à reestruturação da dívida soberana da Grécia, efetuada nos termos do acordo celebrado entre o Estado Grego e o setor privado, as elevadas perdas por imparidade registadas em 2011 (de pelo menos 75% do valor nominal da dívida) no Millennium BCP, CGD e Banco BPI pouco se fizeram sentir ao nível das carteiras de instrumentos financeiros ao justo valor nas contas individuais dos bancos. Vejamos: no BCP parte da dívida estava classificada na carteira de AFDM e outra parte nas contas consolidadas do grupo; na CGD, a parte mais significativa estava registada na atividade seguradora do grupo e, apenas uma parte reduzida, na carteira de AFDV nas suas contas individuais; no Banco BPI, ao contrário, toda a dívida grega estava registada na carteira de AFDV e, portanto, só aqui os efeitos são visíveis ao nível dos prejuízos obtidos por este banco na carteira de AFDV.

Quanto aos instrumentos de dívida pública nacional, a sua desvalorização e risco elevado nos anos de 2010 e 2011 fez com que ocorressem variações negativas de justo valor em quase todos os bancos. No entanto, dado a sua classificação na carteira não ser homogénea entre eles, os efeitos produzidos são diferenciados. Assim, enquanto no BCP e no BES estes títulos estavam registados na carteira de negociação (em AFJVAR), produzindo efeitos imediatos no resultado do período; na CGD, BST e BPI, os instrumentos de dívida pública portuguesa estavam classificados na carteira de AFDV, o que determinou uma redução do justo valor por contrapartida da conta “reservas de justo valor”. Para além disso, no BST, houve ainda lugar ao apuramento de menos-valias na sequência da alienação desses títulos durante os anos de 2010 e 2011.

Através da análise às Demonstrações Financeiras do BES e do BCP, verifica-se uma redução substancial destes títulos na carteira de AFJVAR e um aumento, quase proporcional dos mesmos, na carteira de AFDV, nos anos de 2010 e 2011, respetivamente, o que poderá ter evitado que, a partir desse momento, mais desvalorizações afetassem diretamente resultados.

Em 2012, observou-se uma recuperação das perdas em todos os bancos devido sobretudo à valorização dos instrumentos de dívida pública portuguesa, concretizada pela venda dos títulos da carteira de AFDV, à exceção do BST.

4.4. AJUSTAMENTOS AO LUCRO TRIBUTÁVEL

Antes de mais importa recordar quais os principais ajustamentos a efetuar ao lucro tributável relativamente aos resultados obtidos em cada carteira. Assim, na carteira de AFJVAR, os ganhos e perdas decorrentes da variação de justo valor são aceites para efeitos fiscais, à exceção dos obtidos em instrumentos de capital próprio não cotados, ou cotados cuja participação represente mais de 5% do capital social. Para além disso, também não é aceite como gasto fiscal o valor correspondente aos lucros distribuídos que tenham beneficiado da dedução ao lucro tributável nos últimos quatro anos. Por fim, a perda remanescente é acrescida em metade do seu valor.

Para efeitos do presente estudo, uma vez que não é divulgado nos Relatórios e Contas o peso que os instrumentos de capital próprio, não cotados ou cotados com uma participação superior a 5% do capital social, representam no total da carteira de AFJVAR, o mesmo não será considerado para efeitos do ajustamento ao lucro tributável. Da mesma forma, não serão tidos em conta os dividendos deduzidos ao lucro tributável nos últimos quatro anos.

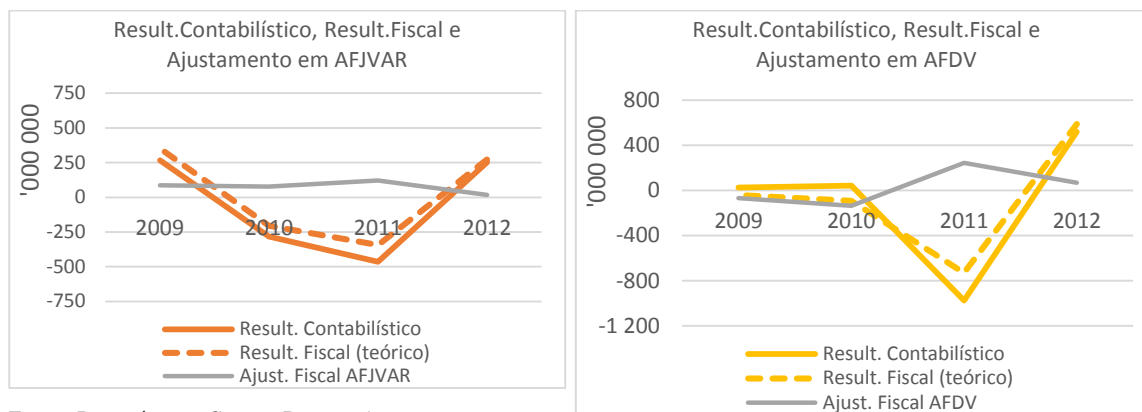
Na carteira de AFDV, as menos-valias e as perdas por imparidade em partes de capital concorrem para o lucro tributável em apenas metade do seu valor, desde que, no primeiro caso, sejam cumpridos os critérios definidos nos n.ºs 3 a 5 do art.º 23.º do CIRC, nomeadamente quanto à não aquisição e alienação dessas participações a entidades sujeitas a um regime fiscal privilegiado ou a entidades relacionadas, sob determinadas condições. Para além disso, a diferença entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital concorre para efeitos fiscais em apenas 50%, desde que, no caso da diferença positiva, sejam cumpridos os critérios de reinvestimento previstos na alínea a) do n.º 4 do art.º 48.º do CIRC e as participações sejam mantidas por um ano e correspondam a pelo menos 10% do capital social, conforme determinado pela alínea b) do

mesmo número. É ainda deduzido, às menos-valias realizadas e às perdas por imparidade, o valor correspondente aos dividendos que tenham beneficiado da dedução prevista no art.º 51.º do CIRC nos últimos quatro anos. No caso dos AFDV é aplicado o coeficiente de correção monetária sobre o valor de aquisição deduzido das perdas por imparidade.

Uma vez que não é divulgado o valor dos dividendos deduzidos ao lucro tributável nos últimos quatro anos na carteira de AFDV, o mesmo não será tomado em consideração para efeitos de apuramento do resultado fiscal teórico, embora possamos estar a desprezar um valor significativamente superior aos dividendos deduzidos na carteira de AFJVAR. O coeficiente de correção monetária também não será aplicado uma vez que se desconhece o tempo de detenção das participações financeiras alienadas. Note-se, no entanto, que aquele coeficiente só é utilizado para as partes de capital adquiridas há pelo menos dois anos e é reduzido (ou inferior a um) em períodos deflacionários, como foi o de 2008, pelo que não é expectável que da sua não aplicação resulte um risco elevado para o estudo. Para além disto, considera-se que a entidade manifesta intenção de reinvestimento e cumpre os requisitos do n.º 4 do art.º 48.º do CIRC.

Em síntese, no caso dos AFJVAR, considera-se para efeitos de apuramento do lucro tributável no âmbito deste estudo, o resultado contabilístico acrescido de 50% das perdas por variação de justo valor relativas a instrumentos de capital. No caso dos AFDV, o lucro tributável teórico equivale ao resultado contabilístico, acrescido de 50% das perdas por imparidade e 50% da diferença negativa entre mais e menos-valias realizadas, relativas a instrumentos de capital, e deduzido, igualmente em 50%, da diferença positiva entre as mais e as menos-valias realizadas para os mesmos instrumentos. Assim, subtraindo ao resultado contabilístico o resultado fiscal teórico assim determinado, apura-se o ajustamento a efetuar ao lucro tributável em cada uma das carteiras (FIGURAS 15 e 16).

FIGURA 15 E 16 – RESULTADO CONTABILÍSTICO, RESULTADO FISCAL TEÓRICO E AJUSTAMENTO AO LUCRO TRIBUTÁVEL NAS CARTEIRAS DE AFJVAR E AFDV



FONTE: RELATÓRIOS E CONTAS BANCOS AMOSTRA E DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DO IRC

As FIGURAS 15 e 16 revelam que o resultado fiscal (teórico) apurado é quase sempre superior ao resultado contabilístico, à exceção dos anos de 2009 e 2010 na carteira de AFDV.

Esta conclusão evidencia que, na carteira de AFDV, quando são apuradas mais-valias na alienação de partes de capital em valor superior às imparidades reconhecidas no mesmo período para esses instrumentos, o ajustamento a efetuar ao lucro tributável é favorável ao sujeito passivo. Em sentido inverso, tal como ocorreu em 2011, o ajustamento ao lucro tributável é desfavorável quando as perdas por imparidade reconhecidas no período, para os instrumentos de capital, superem o valor das mais-valias realizadas.

Na carteira de AFJVAR, os ajustamentos ao lucro tributável são sempre desfavoráveis e equivalem a 50% das perdas por variação de justo valor em instrumentos de capital.

4.5. CONCLUSÕES DO ESTUDO EMPÍRICO

O ciclo económico desfavorável que o país atravessa tem-se repercutido nas demonstrações financeiras dos bancos analisados, nomeadamente entre 2009 e 2012. Este último ano foi de todos o pior ao nível dos resultados contabilísticos apurados. No entanto, os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor inverteram a sua tendência negativa evidenciando sinais de retoma em 2012.

Os anos de 2009 a 2011 foram marcados pela desvalorização dos diversos instrumentos financeiros, com impacto nos resultados, quer por via da variação negativa de justo valor da carteira de AFJVAR, quer por via do reconhecimento de perdas por imparidades e realização de menos-valias na carteira de AFDV. Em sentido inverso, o ano de 2012 revelou uma melhoria significativa nos resultados destas carteiras devido sobretudo à expectativa no cumprimento da dívida pública portuguesa e à consequente valorização deste instrumento financeiro, tendo os bancos optado pela realização de parte desses ganhos através da alienação daqueles títulos maioritariamente classificados na carteira de AFDV.

A preferência dos bancos pela carteira de AFDV em detrimento da carteira de AFJVAR, em períodos de forte instabilidade económica, pode ser explicada pelo facto desta última ser extremamente volátil, ou seja, qualquer variação no valor de mercado dos títulos detidos na carteira de AFJVAR, determina imediatamente o mesmo efeito nos resultados. Esta classificação poderá, no entanto, ser vantajosa em períodos de recuperação económica uma vez que mais rapidamente fluirão para os resultados os ganhos decorrentes da valorização dos instrumentos financeiros.

Ficou ainda demonstrado que as carteiras de AFJVAR, AFDV e AFDM não são diretamente comparáveis entre os bancos analisados, como se viu no caso da dívida grega e da dívida portuguesa, havendo flexibilidade na classificação e reclassificação de alguns instrumentos.

Outra observação que se retira deste estudo é a de que a aposta em empresas cotadas num único mercado, potencia o risco dos resultados serem influenciados pelo ciclo económico desse mercado, como é disso exemplo os avultados prejuízos obtidos com as ações cotadas no PSI-20 ao longo deste período.

Verificou-se ainda que os resultados fiscais apurados são sempre superiores aos contabilísticos na carteira de AFJVAR, podendo ser superiores ou inferiores na carteira de AFDV; aqui os ajustamentos fiscais são favoráveis ao sujeito passivo quando as mais-valias obtidas em instrumentos de capital sejam elevadas.

5. A REFORMA DO IRC E RECOMENDAÇÕES

Pretende-se aqui dar a conhecer as propostas de alteração no âmbito do Anteprojecto de Reforma (2013) no que se relaciona com a tributação dos instrumentos financeiros, análise que será complementada com outras recomendações consideradas relevantes no âmbito da presente estudo. Para tal, apresenta-se no ANEXO IV, a comparação entre o atual normativo, as alterações propostas no âmbito da reforma e outras recomendações relevantes.

Para melhor visualizar a aplicação das futuras disposições fiscais nesta matéria, apresenta-se esquematicamente no ANEXO V, os novos cenários relativos à tributação dos instrumentos financeiros que, quando comparados com os do ANEXO II, relevam a existência de diferenças significativas.

No essencial, destacam-se as seguintes alterações propostas no anteprojecto de reforma do IRC quanto à tributação dos instrumentos financeiros:

- ✓ Uniformização do conceito de “partes de capital” com a terminologia contabilística de “instrumentos de capital próprio”;
- ✓ Alteração para 2% do limiar a partir do qual as variações de justo valor em instrumentos de capital próprio cotados revelam para efeitos fiscais (n.º 9 do art.º 18.º);
- ✓ Aproximação entre o tratamento fiscal dado às mais-valias e menos-valias realizadas com o que é atribuído aos dividendos distribuídos, num regime de *participation exemption* de cariz universal, em linha com os regimes mais competitivos da Europa;
- ✓ Deixam de concorrer para a determinação do lucro tributável as mais-valias e menos-valias realizadas em partes sociais detidas ininterruptamente por um período não inferior a doze meses, desde que, na data da transmissão se mostrem cumpridos os demais requisitos previstos no artigo 51.º, nomeadamente a detenção de uma participação, direta ou indireta, não inferior a 2% do capital social ou dos direitos de voto;
- ✓ Eliminação do regime do reinvestimento relativo a partes de capital;
- ✓ Eliminação do disposto no n.º 3 do art.º 45.º quanto à dedutibilidade em apenas 50% das perdas e menos-valias relativas a partes de capital;
- ✓ Introdução do critério do FIFO na alienação de partes de capital;

- ✓ Propõe-se ainda a eliminação do art.º 32.º e 32.º-A do EBF.

Tal como se apresenta no ANEXO IV, e foi igualmente transmitido no âmbito da consulta pública ao Anteprojeto de Reforma, recomenda-se ainda a adoção das seguintes medidas:

- ✓ Na redação dos artigos, descrever os factos pela positiva: por exemplo, no n.º 9 do art.º 18.º, em vez de enunciar exceções deve-se enunciar o que não concorre para a formação do lucro tributável e, no n.º 1 do novo art.º 51.º-C, em vez de constar a expressão “por um período não inferior a doze meses”, deveria constar “por um período igual ou superior a doze meses”.
- ✓ Clarificar todas as expressões que atualmente levantam dúvidas quanto ao seu enquadramento fiscal, por exemplo: a inclusão ou não das perdas por imparidade na expressão “outras perdas” (n.ºs 3 e 4 do art.º 45.º do CIRC); a inclusão ou não do próprio ano e do ano n-4 na expressão “nos últimos quatro anos” (n.º 4 do art.º 45.º do CIRC).
- ✓ Incluir remissões para artigos que estejam associados, por exemplo: da alínea b) do n.º 9 do art.º 18.º para o art.º 49.º; do novo art.º 51.º-C para os n.ºs 2 e 3 do novo art.º 23.º-A.
- ✓ Relativamente à introdução do FIFO como critério utilizado na transmissão onerosa de partes de capital, defende-se que o mesmo provoca um desfasamento face à prática contabilística utilizada na maioria dos bancos (que privilegiam a utilização do custo médio ponderado), não trazendo reais vantagens para efeitos de tributação, tal como a aplicação do coeficiente de correção monetária.
- ✓ Eliminar a obrigatoriedade de reversão das perdas por imparidade em partes de capital “que não devam subsistir”, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do CIRC, já que provoca uma distorção face à norma contabilística que impede tal facto.

Para além de tudo isto, perspetiva-se que ao introduzir uma disposição que afasta da tributação as mais-valias na alienação de partes sociais, que representem pelo menos 2% do capital social ou dos direitos de voto, quando detidas por um período superior a doze meses, deixando de igual forma de concorrer para efeitos fiscais as menos-valias apuradas nestas mesmas condições, poderá fazer com que, por um lado, os sujeitos passivos adiem a alienação de participações em que se esperam a obtenção de mais-valias até os títulos

perfazem doze meses e, por outro lado, antecipem a realização de perdas, em participações detidas há menos de um ano, de forma a podê-las deduzir ao lucro tributável.

Dever-se-á ainda ter em atenção as transações que poderão ocorrer, ou deixar de ocorrer, até final de 2012, nos títulos que representem pelo menos 2% do capital social ou dos direitos de voto, em consequência do planeamento fiscal que tem em vista o aproveitamento da alteração legislativa, prevista para 1 de janeiro de 2013. Efetivamente, os sujeitos passivos tenderão a manter os títulos em que esperam obter mais-valias, para que as mesmas não sejam tributadas a partir de 1 de janeiro, e a alienar as participações detidas há mais de um ano em que existam menos-valias latentes. Neste caso, é preferível deduzir as perdas em 50% em 2012, do que não as deduzir em 2013. Contudo, se os títulos forem detidos há menos de doze meses, é previsível que as perdas sejam realizadas apenas em 2013, podendo ser deduzidas integralmente antes de perfazerem aquele período.

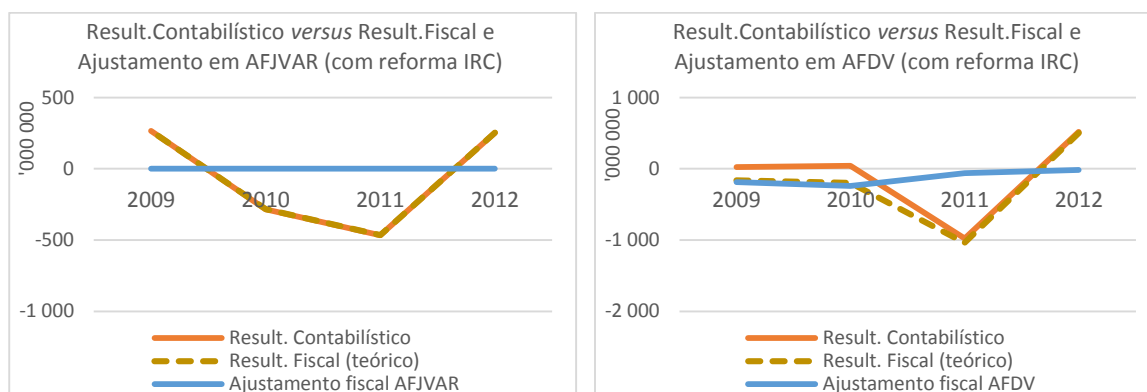
6. IMPACTO DA REFORMA DO IRC NOS RESULTADOS FISCAIS

Face às alterações propostas no anteprojeto de reforma do IRC e considerando os pressupostos adiante enumerados, reproduzem-se, no essencial, os resultados obtidos com base no novo diploma.

Assim, pressupondo que não são materialmente relevantes os resultados obtidos na carteira de AFJVAR relativamente aos instrumentos de capital próprio não cotados ou cotados cuja participação seja superior a 2%, considera-se que o ajustamento fiscal dos ganhos ou perdas nesta carteira será nulo ou próximo de zero (FIGURA 17).

Em contrapartida, na carteira de AFDV, pressupondo que os instrumentos de capital representam na sua maioria, pelo menos, 2% do capital social ou dos direitos de voto e, tendo como perspetiva que as mais-valias na sua alienação ocorrerão, sempre que possível, após doze meses, e as menos-valias serão realizadas antes de decorrido esse prazo, então, no limite, o resultado fiscal será sempre inferior ao resultado contabilístico (FIGURA 18).

FIGURA 17 E 18 – RESULTADO CONTABILÍSTICO, RESULTADO FISCAL E AJUSTAMENTO AO LUCRO TRIBUTÁVEL NAS CARTEIRAS DE AFJVAR E AFDV COM INTRODUÇÃO DA REFORMA DO IRC



FONTE: RELATÓRIOS E CONTAS DOS BANCOS DA AMOSTRA, ANTEPROJETO DE REFORMA DO IRC E PRESSUPOSTOS ENUNCIADOS

7. CONCLUSÕES

Este estudo revela que, embora a mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor permita dar a conhecer uma imagem mais verdadeira e apropriada da situação financeira dos bancos, a sua adoção exige uma gestão mais eficiente e atenta por parte destes. Num contexto de crise económica, por exemplo, face às opções disponíveis, a forma como os ganhos ou perdas por variação de justo valor são reconhecidos pode fazer a diferença.

Efetivamente, se uma entidade classificar um instrumento financeiro na carteira de negociação (em AFJVAR) manifestando, na verdadeira aceção da norma, a intenção de o vender no curto prazo, pode, no entanto, mantê-lo, deixando fluir para os resultados os efeitos da valorização do título. Em contrapartida, caso a desvalorização esteja eminente, a entidade pode vendê-lo ou reclassificá-lo na carteira de AFDV, travando o impacto dessa desvalorização diretamente nos resultados e adiando para um momento posterior a realização de mais ou menos-valias.

Caso essa gestão não seja eficiente, os bancos poderão ficar à mercê da evolução dos valores de mercado, o que em períodos de instabilidade económica se traduz numa elevada volatilidade nos resultados.

A classificação dos instrumentos financeiros na carteira de AFDV permite que as variações de justo valor sejam registadas numa conta de reservas, movimentando resultados apenas no momento em que esses títulos sejam vendidos ou quando, em resultado de uma quebra acentuada e prolongada do valor de mercado, seja reconhecida uma perda por imparidade.

As demonstrações financeiras dos bancos divulgam os AFDV pelo justo valor e a valorização ou desvalorização acumulada na rubrica de reservas de justo valor, evidenciando aí, sem influenciar resultados, as expectativas de se virem a realizar mais ou menos-valias com a venda desses instrumentos financeiros.

Por conseguinte, caso o ciclo económico inverta a tendência depressiva, poderemos assistir, tal como ocorreu em 2012 na sequência da valorização dos instrumentos de dívida pública portuguesa, a uma corrida aos mercados para a venda de instrumentos financeiros classificados na carteira de AFDV e aquisição de títulos para a carteira de AFJVAR, dado que está vedada a possibilidade de reclassificação direta da carteira de AFDV para a carteira de AFJVAR.

Do ponto de vista fiscal, os atuais ajustamentos ao lucro tributável relevam-se quase sempre desfavoráveis ao sujeito passivo, com exceção dos períodos em que sejam apuradas elevadas mais-valias na alienação de partes de capital. Com a introdução do novo regime, previsto no âmbito da reforma do IRC, as mais-valias e as menos-valias em instrumentos de capital quando detidos por um período superior a doze meses não revelam para efeitos fiscais, o que poderá vir a condicionar a atuação dos agentes económicos, no sentido de adiar a realização de mais-valias e antecipar o reconhecimento de menos-valias.

BIBLIOGRAFIA

AL-KHADASH, H. E ABDULLATIF, M. (2009), Consequences of fair value accounting for financial instruments in developing countries: The case of the banking setor in Jordan, *Jordan Journal of Business Administration*, Vol.5, 533-551.

CHACIM, A. R. (2011), O Princípio da tributação pelo rendimento real e o ‘justo valor’ no âmbito da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Coimbra Editora, Volume IV, 521-562.

CORREIA, L. A. (2011), SGPS: Tributação da alienação de partes de capital, *Revista Revisores e Consultores*, Revista n.º 53, 31-37.

DUQUE, J. (2008), Em defesa do justo valor, *Revista TOC 105*, dezembro 2008, 34-35.

FREIRE, M. (2002), A importância das Normas Internacionais de Contabilidade e a sua aplicação na Europa, *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, n.º 15

GUTHRIE, K., Irving, J.H., Sokolowsky, J. (2011), Accounting choice and the fair value option, *Accounting Horizons*, 25 (3), pp. 487-510.

LAGHI E., Pucci S., Tutino M., Di Marcantonio M. (2012), Fair Value Hierarchy in Financial Instruments Disclosure. Is Transparency Well Assessed For Investors? Evidence from Banking Industry.

SANTOS, J. P. (2011), As Novas Regras de Tributação dos Instrumentos Financeiros, *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Volume IV, 811-825.

TAVARES, T. C. (2011), Justo Valor e Tributação das Mais-Valias de Ações de Sociedades Cotadas: A Propósito da Interpretação do Art.º 18.º, N.º 9, Alínea a), do CIRC, *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Volume IV, 1127-1153.

UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, SEC (2008), *Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-To-Market Accounting*.

Códigos Tributários

MARREIROS, J. e VALENTE, M. (2012), *Sistema Fiscal Português*, Códigos Fiscais e Outra Legislação Fundamental, Coleção Fiscalidade, Áreas Editora.

Doutrina Administrativa

Informação Vinculativa n.º 39/2011, por Despacho de 24/2/2011 do Diretor Geral da AT, *Tratamento fiscal da perda apurada por SGPS em resultado da aplicação do modelo do justo valor*.

Informação Vinculativa n.º 1706/12, por Despacho do Subdiretor Geral de 2012-10-10, Perdas por imparidade fiscalmente dedutíveis – Bancos.

Outras Disposições Legais

Diretiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro de 2001.

4.ª Diretiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1978.

7.ª Diretiva 83/349/CEE, de 13 de junho de 1983.

Diretiva 86/635/CEE do Conselho, de 8 de dezembro de 1986.

Diretiva 91/674/CEE do Conselho, de 19 de dezembro de 1991.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho de 2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Diretiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2003.

Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20/04.

Aviso n.º 1/2005, de 28/02, do Banco de Portugal.

Instrução n.º 35/2005, Manual de Instruções do Banco de Portugal.

Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação, International Accounting Standards, *Jornal Oficial da União Europeia* de 29.11.2008.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Internacional Accounting Standards, *Jornal Oficial da União Europeia* de 29.11.2008.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações, Internacional Accounting Standards, *Jornal Oficial da União Europeia* de 29.11.2008.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, Internacional Accounting Standards.

Outros

ANTEPROJETO DE REFORMA (2013), *Comissão para a Reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*.

COMISSÃO EUROPEIA (1999), *Harmonização contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional*, Comunicação da CE, 1-17.

Impacto Fiscal da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (2008), *Relatório do Grupo de Trabalho criado por Despacho de 23 de Janeiro de 2006, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*.

Relatórios e Contas Individuais dos Bancos Millennium BCP, Banco Espírito Santo, Caixa Geral de Depósitos, Banco Santander Totta e Banco BPI, para os anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

ANEXOS

ANEXO I – Evolução recente das disposições fiscais em IRC

ANEXO II – Instrumentos financeiros ao justo valor – concorrência das operações para efeitos fiscais

ANEXO III – Dados que serviram de base à apresentação dos gráficos (Figuras 3 a 18)

ANEXO IV – Perspetivas de evolução futura e recomendações

ANEXO V – Instrumentos financeiros ao justo valor – anteprojeto de reforma do IRC